Os Maníacos e os Depressivos

Simon Schwartzman

Publicado no O Estado de São Paulo, 28 de novembro de 1997.

A crise das bolsas e as medidas de contenção tomadas pelo governo parece terem trazido à tona a antiga tendência maníaco-depressiva da opinião pública brasileira; um dia está tudo uma maravilha, o futuro é brilhante, somos campeões do mundo; no dia seguinte, é tudo um desastre, aumenta a miséria, os jogadores são pernas de pau, este país não tem jeito. Na verdade, ainda que ninguém pudesse prever exatamente a crise que começou em Hong Kong, os desequilíbrios das contas externas e do setor público no Brasil eram conhecidos e vinham preocupando, a instabilidade inerente ao mercando financeiro internacional não é surpresa, e quem vinha acompanhando a situação econômica do sudeste asiático sabia que havia, daquele lado, muitos sintomas preocupantes. Todos sabiam e concordavam que era necessário agir, ainda que houvesse, como ainda há, opiniões diversas sobre o que deveria ser feito, e havia menos sentido de urgência. Agora que o governo está agindo com firmeza e o Congresso parece disposto a fazer sua parte, aparecem de novo os maníacos dizendo que tudo está resolvido, e os depressivos para anunciar, mais uma vez, que a crise é irreversível, é a catástrofe final. É claro que não está "tudo resolvido", mas a crise está sendo administrada, e o contexto internacional não parece catastrófico.. Mesmo em condições externas muito favoráveis, temos muito o que fazer para desenvolver mais o país, e criar melhores condições para resistir a estes impactos externos de curto prazo; mas não podemos imaginar, com isto, que conseguiríamos ficar imunes ao que ocorre no resto do mundo, se é que queremos participar dele, e concordarmos em que as vantagens de pertencer a um mundo dinâmico e complicado superam as desvantagens de permanecermos isolados em nosso canto.

Os novos dados sobre emprego e educação divulgados este mês pelo IBGE, levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996, nos permitem recuperar um pouco da visão de médio e longo prazo, e olhar com mais sobriedade para o presente. A PNAD confirma, como não poderia deixar de ser, as principais mazelas da sociedade brasileira - a grande concentração da renda, as desigualdades regionais, a pouca educação, a precariedade do trabalho. Mas ela mostra, sobretudo, que existem algumas transformações profundas que estão mudando o perfil da sociedade brasileira, forjando uma classe média crescente e construindo um

país cada vez mais moderno e urbano que não está imune, evidentemente, a crises externas e problemas difíceis de ajuste e transição, mas não tem como reverter ao passado.

Os dados mais auspiciosos são, sem dúvida, os de educação, e sobretudo de educação básica. A PNAD confirma que a mobilização que tem havido no Brasil nos últimos anos em relação à educação básica tem encontrado eco, e já está mostrando resultados. O analfabetismo vem caindo de forma cada vez mais rápida: era 22,3% em 1980, 17,8 em 1990, e está em 13,8 em 1996; entre os jovens de 10 a 14 anos nas áreas urbanas, não passa hoje de 5%. A PNAD mostrava que 91% das crianças entre 10 e 14 anos estavam na escola em setembro de 1996 (com as disparidades regionais de sempre) o que torna realista a proposta do Ministério da Educação de se aproximar dos 100% das crianças nas escolas a curto prazo. A qualidade também tem melhorado. Vem aumentando o número de pessoas com primeiro e segundo graus completos na população. É um aumento lento, mas significativo. Em relação à população de 10 anos e mais (uma base de referência inadequada, mas que já permite uma comparação), a percentagem de pessoas com secundário completo ou mais passou de 18.3% em 1981 para 25.4% em 92 e 29.8% em 1996. Ainda é muito pouco, mas, no primeiro período, o crescimento anual foi de 0,64%, e no segundo já havia passado para 0,88%. Todos os dados confirmam que tem cada vez mais gente nas escolas, e elas cada vez se educam mais.

É pela educação que conseguiremos melhores rendimentos, melhores empregos e menos desigualdade, e em relação a isto estamos indo na direção correta. O problema é que o mercado de trabalho vem se alterando muito rapidamente, sem esperar os resultados das transformações na educação. O resultado mais chamativo da PNAD 96 é, sem dúvida, a enorme queda observada na ocupação rural, que já vinha caindo, mas nunca de maneira tão abrupta. Entre 1995 e 1996 o IBGE encontrou menos 400 mil pessoas ocupadas em atividades pecuárias, menos 308 mil em avicultura, menos 220 mil em fruticultura, e menos 203 mil em horticultura. Há também quedas importantes, da ordem de 100 mil, nos cultivos de arroz, mandioca e algodão. O pleno significado desta transformação ainda precisa ser melhor analisado. Em grande parte, sem dúvida, é um efeito da modernização do campo, eliminando as pequenas unidades familiares, e junto com ela uma boa parte do trabalho infantil e feminino não remunerado; o número de crianças entre 10 e 14 anos que trabalhavam se reduziu em quase 700 mil, uma redução de cerca de 4%, que deve ser comparada com um aumento de cerca de 2% do número de crianças nesta faixa de idade matriculadas em escolas.

Os postos de trabalho perdidos na agricultura e pecuária eram, com certeza, de pouca qualidade e rendimento. Mas, aonde estão estas pessoas? Muitas eram crianças que não deveriam estar trabalhando, ou mulheres que ajudavam a lavoura familiar sem remuneração. Mas outros devem ter ido buscar trabalho na indústria, nos serviços ou em outros setores da agropecuária, e

encontrado dificuldades. Nas atividades urbanas, o número de pessoas ocupadas em atividades industriais e de serviços não cresceu (embora tenha crescido o número de empregos na construção civil), o número de pessoas empregadas sem carteira continuou alto, na casa dos 50%. Mas o número de pessoas desocupadas (isto é, procurando trabalho) tampouco aumentou muito, o que confirma que uma boa parte dos postos perdidos eram de pessoas que tinham uma inserção precária no mercado de trabalho - as crianças sobretudo - e que simplesmente saíram do mercado de trabalho.. O salário médio das pessoas ocupadas melhorou, o que compensou de certa forma a redução da população ocupada, mantendo a massa de salários estável, e a distribuição de renda diminuiu mais um pouco. Em síntese, o impacto da modernização da agricultura no emprego não é tão grande quanto o número inicial de 1.5 milhões poderia fazer supor, mas é de toda forma problemático. A estagnação do mercado de trabalho urbano preocupa, por que o Brasil terá ainda por muitos anos um número crescente de jovens entrando no mercado de trabalho, e o esvaziamento do setor rural deve continuar.

A conclusão é que o país está evoluindo na direção certa, e até ganhando um pouco de velocidade, mas esta velocidade precisa ser muito maior. A revolução na educação, que já se iniciou, precisa ser aprofundada, e a economia necessita entrar em equilíbrio e voltar a crescer, oferecendo mais empregos e melhores condições de trabalho, e medidas urgentes são necessárias para reduzir o custo do trabalho formal para as empresas. Outros indicadores da PNAD sobre a situação dos domicílios das pessoas confirma que a melhoria do padrão de vida de setores importantes da população, que havia sido observado entre 1993 e 1995, com a estabilidade da moeda, continuava um ano depois. Entre 1995 e 1996, mais 2 milhões de domicílios passaram a ter serviços de esgoto, mais 1.2 milhões passaram a ter iluminação elétrica, mais um milhão passou a ter coleta de lixo, mais 1.4 milhões passaram a ter telefones, mais 2 milhões a ter televisão, mais 1.7 milhões a ter máquinas de lavar roupa. Os problemas ainda são grandes, crises podem ocorrer, e não há razão para mania, mas as tendências de médio prazo mostram que tampouco têm razão os depressivos.